

## **SINGULARIDADE, TRANSGRESSÃO E ÉTICA NA LEGENDAGEM**

Carolina Alfaro de Carvalho (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

### **RESUMO**

Este estudo tem por objeto a prática da legendagem, a qual apresenta particularidades que, além de problematizar os limites entre tradução, interpretação e adaptação, evidenciam a todo momento a intervenção singular do tradutor. A partir das características peculiares desta modalidade de tradução e levando em conta discussões recentes no contexto do Pós-estruturalismo e particularmente dos Estudos Descritivos de Tradução, procuraremos examinar a interface entre as diferentes práticas tradutórias, revelar o complexo sistema de relações no qual se inserem esta e outras modalidades de tradução e buscar parâmetros éticos para delimitar interferências necessárias e transgressoras do tradutor.

**Palavras-chave:** Legendagem, Pós-estruturalismo, Teoria dos Polissistemas, Singularidade, Ética.

### **ABSTRACT**

The object of the present study is the practice of subtitling, which has some particular characteristics that blur the boundaries between translation, interpretation and adaptation, and constantly expose the translator's singular intervention. Based on the particularities of this kind of translation and considering recent discussions in the context of Post-Structuralism and, in particular, Descriptive Translation Studies, we will attempt to examine the interface between different translation practices, to reveal the complex system of relations in which this and other kinds of translation are located, and to search for ethical parameters to separate between the translator's necessary and transgressing interferences.

**Keywords:** Subtitling, Post-structuralism, Polysystems Theory, Singularity, Ethics.

## Introdução

Este trabalho está inserido no movimento crítico atual observado nos Estudos da Linguagem e da Tradução e visa refletir, no âmbito das reflexões pós-estruturalistas, sobre limites entre intervenções necessárias e transgressoras do tradutor, questões éticas e o próprio conceito de “tradução” em contraposição a outras atividades, reflexões estas aliadas a meu interesse pelo estudo da prática de tradução para legendas ou, simplesmente, legendagem.

Esta modalidade de tradução, tão difundida pelo mundo, intensamente praticada no Brasil e com mercados em expansão há muitos anos, porém objeto de um volume tão pequeno de estudos teóricos mais aprofundados, possui características que, como veremos adiante, além de problematizarem a distinção entre tradução, interpretação e adaptação, expõem a interferência do tradutor, sua interpretação do texto original, suas decisões e preferências ao reescrever o texto adequando-o às restrições das legendas e suas projeções com relação ao público-alvo do programa ou filme legendado, o que constitui um rico campo de discussão sobre a intervenção singular do tradutor e aspectos éticos. Vinculando a discussão teórica a uma prática específica, este estudo visa assim evitar o acirramento do descompasso entre essas duas esferas, além de dar sua contribuição à teorização sobre a legendagem.

## Tradução audiovisual e legendagem: abordagem teórica

Apesar de praticadas há décadas, as diversas modalidades do que atualmente se tende a englobar sob o nome *tradução de multimídia* ou *tradução audiovisual* têm sido praticamente ignoradas como objeto de estudo até a virada deste século. Entre elas incluem-se a legendagem aberta, a dublagem, o *voice over* e, mais recentemente, a legendagem fechada para surdos (há ainda outras subdivisões, como as apresentadas por GAMBIER [2002]).

Com relação à legendagem, a enorme maioria dos artigos e trabalhos acadêmicos sobre o assunto se restringe ou a descrever as principais características desta atividade, ressaltando as dificuldades que o tradutor deve enfrentar, tais como as restrições temporais e espaciais, ou relatam casos concretos, fazendo observações que, ainda que ajudem a constituir um corpus de estudos nesta área, são de difícil generalização. Há ainda alguns manuais bastante completos elaborados por produtoras especializadas em legendagem, cujo nível de detalhe pode fornecer *insights* interessantes ao pesquisador, mas que são centrados apenas na prática, geralmente buscando obter um certo grau de padronização técnica nos trabalhos de vários tradutores.

A maior parte dos trabalhos mais relevantes sobre o tema foi produzida a partir desta virada de século. As duas principais editoras de obras sobre Estudos de Tradução, a John Benjamins e a St. Jerome, recentemente publicaram números especiais dedicados à tradução audiovisual, respectivamente *(Multi)Media Translation: Concepts, Practices, and Research* (GAMBIER & GOTTLIEB, 2001) e *Screen Translation* (GAMBIER, 2003), incluindo colaborações dos autores mais conhecidos na área. No Brasil, consegui localizar menos de uma dezena de dissertações e teses dedicadas à legendagem - contudo, é bem provável que várias outras estejam sendo concluídas, dado o interesse que este tema vem despertando.

A abordagem teórica que pretendo adotar no meu atual trabalho de pesquisa, que se encontra em desenvolvimento, consiste numa adaptação da Teoria dos Polissistemas, elaborada por Itamar Even-Zohar (1990), de modo a incluir o que chamo de *polissistema cinematográfico*, no qual estariam inseridos os estudos sobre a tradução audiovisual. Pretendo então investigar este polissistema empregando métodos e conceitos dos Estudos Descritivos de Tradução, ainda que sem me prender a esse paradigma a ponto de evitar assumir posicionamentos críticos sempre que considerar necessário, até mesmo porque tenho plena consciência de que não existe uma observação neutra de fatos ou práticas.

Com base no polissistema cultural de Even-Zohar, no qual localiza-se o polissistema literário e, dentro dele, o polissistema de tradução literária, principal objeto de pesquisa dos Estudos Descritivos de Tradução, concebi o polissistema cinematográfico como estando também inserido no polissistema cultural, próximo ao polissistema literário e relacionando-se diretamente com ele, e sendo constituído de modo dinâmico por sistemas internos, envolvendo roteiristas, adaptadores, diretores, atores, produtoras, distribuidoras, agentes de marketing e críticos, entre outros participantes. Dele também faz parte o sistema de tradução audiovisual, que pode envolver alguns dos mesmos agentes responsáveis pela criação e produção de filmes mas também inclui outros bem específicos, como agências de importação e exportação de filmes, produtoras e laboratórios especializados nas diversas modalidades de tradução audiovisual, tradutores e revisores.

A partir deste modelo, são várias as relações e os sistemas que podem ser estudados. Meu foco principal, neste trabalho, é o polissistema de tradução audiovisual e suas relações internas e, particularmente, a legendagem, restringindo progressivamente o escopo até chegar à participação individual de um tradutor idealizado inserido nesse sistema, refletindo sobre suas relações, coerções e decisões a cada situação de tradução.

## O polissistema de tradução audiovisual

O polissistema de tradução audiovisual é composto por diversos participantes. Uma situação possível de tradução, que caracterizo com base na minha experiência e na de outros colegas, se daria assim: (i) uma distribuidora multinacional de filmes e programas negocia com uma agência ou distribuidora local a venda ou transmissão de um material a ser exibido ou comercializado num determinado meio — cinema, vídeo, DVD, canal de televisão fechado ou aberto —; (ii) além de outras atividades relacionadas à transmissão ou comercialização desse material, a agência local negocia com uma produtora ou um laboratório a produção local do material, incumbindo este de providenciar o serviço de tradução ou contratando ela mesma um tradutor; (iii) o tradutor contratado recebe o material a ser traduzido e as informações e instruções pertinentes àquele serviço específico, e realiza a tradução; (iv) a tradução pronta é encaminhada à produtora ou ao laboratório para que este faça a edição e a produção necessárias; (v) finalmente é feita uma revisão ou controle de qualidade, o que pode ocorrer na produtora, no laboratório ou mesmo na distribuidora que encomendou o serviço. Uma vez exibido ou comercializado, o produto fica sujeito à apreciação de críticos e espectadores e pode receber críticas diretas, principalmente agora que uma grande parcela dos filmes e programas leva a assinatura do tradutor e/ou da produtora ou laboratório responsáveis pela tradução, e a internet torna muito fácil o acesso a essas pessoas e empresas.

A atividade que mais nos interessa nesse processo é a (iii): a participação do tradutor como agente chave de um sistema no qual deve se relacionar com vários outros integrantes, cada um com objetivos e perspectivas diferentes, lidando com múltiplas pressões, *inputs* e prioridades, além dos seus próprios interesses, desejos e preferências. Idealmente, o tradutor especializado em qualquer modalidade de tradução (inclusive a audiovisual, mas não de forma restrita a ela) deve trazer, como bagagem profissional, um grau razoável de experiência prática e, se possível, alguma carga de estudos teóricos em tradução. Deste modo, uma parcela de suas escolhas será informada por experiências anteriores e contatos com clientes, colegas e professores. Ele também tomará muitas decisões com base em fontes de referência, como ocorre em todo trabalho de tradução: dicionários e glossários, *sites* sobre os mais diversos assuntos, consultas a especialistas e colegas, materiais de cursos, etc.

Já pensando nas diferentes modalidades de tradução audiovisual, no contexto de cada serviço específico, o tradutor também precisará levar em conta as instruções recebidas do seu cliente direto (que pode ser a distribuidora local, a produtora ou o laboratório), muitas vezes listadas na forma de um manual de convenções, regras e preferências a serem respeitadas. No caso de prestar serviços a uma produtora especializada em serviços de tradução audiovisual, isso pode significar que o tradutor talvez precise lidar com um manual de procedimentos e normas elaborado pela produtora, outro com preferências da distribuidora (que é o cliente da produtora) e outro com instruções sobre o meio ou local específico em que aquele material será produzido ou exibido, visto que os parâmetros técnicos, as convenções e algumas normas variam segundo o meio, como veremos adiante — por exemplo, o número máximo de caracteres por linha, o número máximo de caracteres por segundo, a colocação ou não de reticências no fim de uma legenda inconclusa, o uso de aspas e itálico, a liberdade de uso de linguagem chula, convenções sobre abreviaturas, etc. Já adiantando uma colocação sobre ética, em muitos casos esses manuais servem como uma espécie de código de ética profissional específico para esta modalidade — ou “deontologia”, para empregar o termo usado por Gouanvic (2001) para distingui-lo de princípios éticos num sentido mais geral ou filosófico. Respeitar este conjunto de regras, que versa sobre os mais diversos aspectos do trabalho do tradutor, é fundamental para manter uma boa relação com o cliente.

O tradutor precisa lidar ainda com dois subsistemas que estarão diretamente relacionados ao produto final do seu trabalho: por um lado, o seu cliente direto, a produtora, distribuidora ou laboratório que encomendou e pagou pelo serviço, que o revisará e avaliará com base numa série de parâmetros e prioridades de seu interesse — o qual por sua vez muitas vezes também tem um cliente que verificará o trabalho final. Por outro lado, o público espectador, o “consumidor” daquela obra acompanhada de sua tradução, que tem expectativas, preocupações e preferências que nem sempre correspondem às do cliente do tradutor, a começar pelo fato de que, na enorme maioria dos casos, ele não conhece o processo por trás do produto que está consumindo, estando, portanto, alheio aos parâmetros e restrições particulares deste tipo de tradução. Geralmente, o público-alvo das traduções partilha da concepção de tradução do senso comum — o que, no caso da tradução audiovisual, inclusive da legendagem, significa que ele espera que a tradução reproduza fielmente todo o conteúdo do original — e, como afirma Toury (1995b), aceita de boa fé, “*no further questions asked*” (TOURY, 1995b, p. 137), um produto que se apresenta como tradução. É nesta relação que cabem reflexões éticas propriamente ditas: sem poder realizar um trabalho de tradução que

corresponda a todas as expectativas do senso comum e estando restrito pelas particularidades técnicas desta modalidade de tradução, ainda assim o tradutor precisa se esforçar por satisfazer o público consumidor de seu trabalho — que talvez até veja seu nome no fim do filme ou programa —, atendendo minimamente às suas expectativas e oferecendo-lhe o melhor dentro das possibilidades.

Antes de passarmos ao foco final deste trabalho, considerando aspectos da intervenção singular do tradutor no processo de legendagem e levantando algumas questões éticas, vejamos certas particularidades dessa modalidade de tradução.

## Particularidades da legendagem

Ainda que as características principais desta modalidade de tradução, tais como as restrições temporais e espaciais, não sejam novidade entre tradutores, apresentarei aqui algumas das particularidades da legendagem nas quais basearei as reflexões teóricas de interesse neste ensaio.

O mero fato de se transcrever um fluxo de fala oral na forma de um texto escrito, ainda que seja na mesma língua, já implica algumas transformações. A segmentação do discurso oral em frases conclusas, a colocação de pontuação e outras decisões gramaticais tendem a ser mais uma questão de interpretação do que fatos objetivos. Além disso, as falas espontâneas incluem hesitações, repetições e uma série de características típicas da linguagem oral que são desnecessárias ou mesmo inadequadas no texto escrito, de modo que, se quisermos produzir um texto escrito fluente, faremos diversos ajustes e correções.

Há, naturalmente, todas as características e dificuldades próprias de qualquer tradução: equivalências vocabulares (e a falta delas), expressões idiomáticas, efeitos estilísticos, diferenças culturais refletidas na língua e minhas próprias opções tradutórias. São várias as estratégias possíveis para lidar com essas questões, mas as restrições técnicas do formato das legendas têm um papel fundamental nas escolhas feitas pelo tradutor.

A primeira grande limitação desta modalidade e a mais evidente é a restrição de tempo e de espaço. Idealmente, a legenda deve permanecer na tela durante o mesmo tempo que durar a fala à qual ela se refere. Como a fala é, na grande maioria dos casos, mais rápida do que a leitura de um texto escrito, o texto apresentado na legenda quase sempre precisará ser menor (muitas vezes, drasticamente menor) do que a transcrição completa da fala. Dependendo do meio utilizado (cinema, VHS, DVD, canais com formatações diferentes), o número ideal de caracteres por segundo calculado para uma leitura confortável varia entre 10 e 16. Além disso, são usadas no máximo duas linhas, não sendo admitida a separação de sílabas entre a primeira e a segunda linha, cuja extensão máxima, dependendo do meio utilizado, varia de 30 a 37 caracteres. A combinação destas restrições técnicas pode exigir, em casos mais extremos, verdadeiros malabarismos para se transmitir a maior quantidade possível de informações com um mínimo de caracteres e aproveitando ao máximo o espaço disponível em cada linha, o que implica ainda mais transformações com relação ao texto original.

Outra particularidade importante é que, visto que as legendas acompanham as falas do filme ou programa, em muitos casos — como no cinema ou numa exibição pública — não há a possibilidade de retroceder o filme para se compreender uma fala não entendida, ao contrário do que geralmente ocorre com outros textos escritos (e, ainda que exista essa possibilidade, como no caso do vídeo e

do DVD, raramente o espectador interrompe a exibição por não ter entendido algo na legenda). Como uma sequência de diálogos não entendidos pode prejudicar consideravelmente a compreensão geral, os tradutores tendem a optar por formas sintáticas e escolhas vocabulares diretas e simples, de preferência com um período completo por legenda, visando uma leitura fluente a ponto de ser o mais inconsciente ou automática possível e rapidamente compreensível, de modo a não prejudicar a apreciação dos sons e imagens. Se considerarmos que a maioria dos espectadores não compreende as falas na língua original, dependendo quase exclusivamente das legendas para compreender os diálogos e devendo fazê-lo de forma rápida e certa, vemos que a clareza das legendas torna-se uma das mais altas prioridades nesta modalidade de tradução. Por isso, a opção pela *aceitabilidade* — um dos termos que estamos tomando emprestados dos Estudos Descritivos de Tradução definido por Toury (1995a) como uma aproximação maior às normas da cultura de chegada, de modo que o texto traduzido seja mais facilmente recebido — é um componente importante do que universalmente se considera uma boa legenda, diferentemente de outras modalidades de tradução, em que a priorização de estratégias de *adequação* ou *aceitabilidade*, nos termos de Toury, ou de *estrangereirização* ou *domesticação*, para usar a nomenclatura de Venuti, tende a ficar mais a critério das preferências ou escolhas de cada tradutor em virtude do contexto de cada tradução que realiza.

É quando damos esse passo além da modalidade mais tradicional de tradução e entramos no campo específico das legendas que surgem controvérsias, a começar por que nome dar a esse procedimento. Para citarmos apenas dois exemplos, Gambier (2002) mostra em seu artigo “Screen Translation: an overview” que a legendagem turva os limites entre tradução e interpretação, entre o código oral e o escrito, e diz que por isso a tradução dentro do campo da multimídia deve ser considerada um novo gênero, denominado e tratado de forma diferente de outras modalidades de tradução. Já Souza (1999), ao longo de toda a sua dissertação de mestrado *A tradução para a preparação de legendas em português para programas televisivos de língua inglesa*, se refere ao profissional como “tradutor/legendador” e ao seu trabalho como “tradução/adaptação”, justificando essa duplicidade de funções com base em discussões de vários teóricos, entre eles Cary e Delabastita (apud SOUZA, 1999, p. 44), que argumentam que essa especialidade não pode ser considerada simplesmente tradução, como as outras modalidades, por precisar ajustar-se a parâmetros espaciais rígidos. Essa duplicidade de tarefas sugere que, enquanto tradutor, o profissional apenas traduziria o texto sem qualquer restrição de formato e, na função de legendador, ele adaptaria o texto traduzido às especificações das legendas — porém, na prática, essa divisão de tarefas não ocorre de forma explícita, sendo realizada simultaneamente pela mesma pessoa.

É claro que há também quem chame essa modalidade de tradução apenas de “tradução”, sem buscar novos termos para ela. Gonçalves (1998) faz isso em sua dissertação sobre processos inferenciais relacionados à priorização de informações na legendagem de filmes, empregando uma definição de tradução suficientemente ampla e focada no processo e não no produto, com base nas propostas de Ernst-August Gutt e Fábio Alves, caracterizando “a essência do processo tradutório intrasemiótico e intralingual” como “a busca e atribuição de semelhança interpretativa entre duas formas proposicionais derivadas de dois sistemas linguísticos distintos” (GONÇALVES, 1998, p. 36). Minha única ressalva a uma definição deste tipo é que talvez ela permita rotular como “tradução” uma ampla gama de atividades, o que vai de encontro ao nosso atual esforço por distinguir a tradução de outras atividades relacionadas.

Eu também sou a favor de não criar um termo novo para este tipo específico de tradução, aproveitando outro conceito que os teóricos descritivistas da tradução adotam com relação à tradução literária, o de “tradução assumida” (*assumed translation*) (TOURY, 1995b), definindo a tradução de um modo mais pragmático e situado, entendendo que ele varia de cultura para cultura segundo a determinação daquele sistema, naquela determinada época, das condições necessárias e suficientes para que um texto seja considerado uma tradução. Em outras palavras, um texto válido para ser estudado como tradução é qualquer um que seja assumido pela cultura em questão como constituindo uma tradução — sobre a qual recaem determinadas expectativas.

Sob essa ótica, se na nossa cultura as legendas são consideradas tradução de forma quase unânime, se há cursos de especialização em tradução que oferecem treinamento em legendagem e se pressupõe que o profissional que faz legendagem é, antes de mais nada, um tradutor, não haveria por que tentar impor um novo termo a essa atividade — mas nada impede que isto venha a acontecer se a maior parte da nossa cultura achar por bem redefini-la. Contudo, o fato de não darmos outra denominação a esta modalidade de tradução não significa que as diversas práticas e especializações tradutórias sejam idênticas ou devam seguir o mesmo conjunto de normas e parâmetros.

Outro ponto que considero instigante é a *visibilidade* das legendas. Se uma opinião bastante generalizada sobre a atividade da tradução é que ela é um mal necessário, a legendagem, apesar de indispensável para a grande maioria dos espectadores, efetivamente atrapalha a visão do filme, inclusive por ser colocada sobre as imagens. Isso enfatiza ainda mais a preocupação em fazê-las “passarem despercebidas” o tanto quanto possível, ajudando os espectadores a compreender os diálogos numa língua estrangeira, mas ao mesmo tempo chamando o mínimo de atenção. Porém, por mais que se almeje a aceitabilidade das legendas, ao contrário da tradução literária a tradução apresentada nesse formato nunca é *invisível*, para empregarmos o termo na acepção usada por Lawrence Venuti (2002). Tanto o original quanto a tradução são expostos simultaneamente ao espectador, que não tem como ignorar a participação do tradutor — o que geralmente não acontece na tradução literária.

São as contradições de uma atividade que envolve visibilidade e desejo de invisibilidade, o alto grau de transformação pelo qual o texto precisa passar e a busca de aceitabilidade de um produto que se pressupõe ser uma tradução, além da participação evidente do tradutor, que nos levam a algumas reflexões finais incluindo práticas, limites, singularidade e ética.

## A intervenção singular do tradutor

Um dos pontos sobre os quais tenho grande interesse em refletir por ter sido pouco explorado nos Estudos de Tradução e, a meu ver, constituir uma discussão chave para meus outros interesses nesta área é a intervenção singular do tradutor. Como vimos, o tradutor toma suas decisões em vários níveis ao longo do processo de tradução com base na complexa rede de relações em que está inserido: ele traz sua bagagem acumulada e sempre crescente de reflexões teóricas e experiências práticas, contatos com professores, colegas e clientes; fundamenta escolhas em fontes de referência diversas, segue manuais e instruções dos clientes e infere as expectativas do público-alvo. Contudo, uma parcela desse processo decisório — cuja importância eu não saberia determinar, mas imagino ser

maior do que a maioria dos profissionais gostaria de supor — é em última instância extremamente subjetiva, determinada por um desejo singular e muitas vezes inconsciente do tradutor.

Em seu livro sobre *A singularidade na escrita tradutora*, Frota (2000) desconstrói a dicotomia tradicional sujeito/objeto — que está na base de outras, como *langue/parole* e que faz com que se concebam línguas e falantes de modo independente, um deles tendo total controle sobre o outro de acordo com a perspectiva adotada — através do conceito de *singularidade*, caracterizado pelo entrelaçamento das esferas do real, do simbólico e do imaginário e sobredeterminado por várias forças externas e internas (como o contexto cultural e histórico, os conhecimentos adquiridos e o inconsciente) com as quais é, por assim dizer, mutuamente constitutivo. A partir da análise de casos concretos de traduções, Frota mostra que, diferentemente da maioria dos erros de tradução, as opções tradutórias com um alto grau de singularidade geralmente não “destoam” no contexto daquele texto, não sendo percebidas sem o cotejo com o original e não havendo consenso quanto a serem consideradas certas ou erradas como opções válidas de tradução, por não estarem presas a uma lógica binária. Contudo, ela mostra também que a lógica binária certo/errado, aceitável/inaceitável, fiel/infidel, etc., norteia a avaliação de traduções por críticos, muitos teóricos e pelo público em geral, de modo que opções que evidenciam a singularidade do tradutor seriam, na maioria das vezes, classificadas como um desses pólos e não em termos de uma gama de soluções possíveis que sempre estariam influenciadas por um grande conjunto de fatores.

Se pensarmos nas particularidades da legendagem vistas na seção anterior levando em conta este conceito de singularidade veremos que, na transformação da linguagem oral para a escrita adaptada às restrições espaço-temporais das legendas, é grande a interferência singular do tradutor. Ao parafrasear as falas originais para fazê-las caber no espaço das legendas, é preciso fazer interpretações e muitas vezes estabelecer equivalências um tanto quanto flexíveis. O componente idiossincrático da legendagem fica evidente se pensarmos na infinidade de soluções possíveis e nas informações consideradas menos ou mais relevantes por cada tradutor ao ver-se obrigado a optar por umas em detrimento de outras. O fato de um tradutor dar mais atenção à entonação ou ao ritmo das falas e outro se ater mais ao texto, por exemplo, pode levar a soluções radicalmente diferentes. É claro que decisões variadas entre diferentes tradutores se aplicam a qualquer forma de tradução, mas a meu ver o trabalho com legendagem deixa mais à mostra a singularidade do tradutor, até porque existe sempre a possibilidade de cotejo.

As estratégias de reescrita visando uma leitura rápida, automática e facilmente aceitável das legendas também envolvem decisões muito subjetivas. Além de trabalhar a estrutura sintática e a diagramação da legenda visando facilitar uma leitura “em bloco” da legenda completa, o tradutor também leva em consideração as imagens que estão sendo mostradas naquele momento, o ritmo, volume e entonação da fala — isto é, ele os interpreta — e, frequentemente, tenta fazer uma projeção do que assume ser o espectador idealizado daquele programa ou filme, fazendo pressuposições acerca de seus conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e culturais para decidir estratégias de paráfrase, priorização ou omissão de informações.

Para ilustrar esta colocação, vejamos um exemplo retirado da minha tradução de *O filho da noiva* filme argentino dirigido por Juan José Campanella e lançado em 2001. Na cerimônia de



casamento realizada no fim do filme, o homem que se faz passar por padre é na realidade um amigo do filho dos noivos, que é ator. Nervoso ao falar aos noivos, no meio do sermão ele acaba recitando vários versos extraídos de *Martín Fierro*, obra tradicional argentina escrita em uma linguagem que imita o sotaque dos *gauchos* dos pampas. Quando o falso padre termina de recitar os versos, o noivo, um senhor de idade, comenta com seu filho: “Si quería un cura gaucho lo traía a Enrique Muiño.”

Minha primeira tarefa foi recorrer a fontes de referência antes de tomar minhas decisões. Em minha pesquisa, constatei que Enrique Muiño foi ator de vários filmes argentinos na primeira metade do século XX, falecido em 1956, famoso por seus papéis épicos de *gaucho*. Fazendo uma projeção do que eu supus ser o público médio desse filme, considerei essa referência obscura demais para os espectadores brasileiros do canal de TV a cabo que o exibiria, até porque essa fala deveria causar alguma graça. Por outro lado, tive o desejo de transmitir algumas informações sobre o contexto daquela fala, marcando que toda essa sequência fazia referência a algo tipicamente argentino, além de explicar que aquelas legendas rimadas que correspondiam a versos pronunciados com um sotaque bem diferente não estavam ali ao acaso, tendo um significado especial para os argentinos — público principal daquele filme.

Minha legenda para essa fala então ficou assim: “Tirou o casamento / do “Martín Fierro”?”. Neste caso em particular, não resta dúvida: minha legenda *não* é uma tradução da fala correspondente. Num ato extremamente idiossincrático, talvez mesmo transgredindo meu papel de tradutora, eu tomei a decisão de eliminar toda a fala e criar uma legenda que desse uma pista do que estava se passando naquela cena, nos dois segundos que tinha disponíveis.

Exemplos como este levantam problemas bastante relevantes sobre a natureza e os limites desta modalidade de tradução, o grau de liberdade do tradutor ao transformar o texto e, logicamente, questões éticas. Será que fui antiética ao violar meus deveres e direitos implícitos enquanto tradutora e deliberadamente inserir um texto de minha própria criação? É bem possível que sim, principalmente se considerarmos o espectador, que não foi informado sobre isso e tende a assumir que as legendas transmitem fielmente todas as falas do filme. Contudo, a produtora para a qual prestei o serviço e que realiza um rigoroso controle de qualidade aprovou minha tradução sem qualquer ressalva.

Minha justificativa para a decisão que tomei neste caso leva em conta, acima de tudo, a preocupação com os espectadores do filme, elementos importantes na conformação do polissistema do qual participo. Dentro das restrições desta modalidade de tradução, procurei fazer algo semelhante a adicionar uma nota explicativa, incorporada ao próprio texto, a uma informação de difícil compreensão, como tantas vezes fazem os tradutores de literatura. Há sete legendas antes desta, o espectador estava se deparando com versos que pouco têm a ver com o discurso típico de um casamento, e toda a cena culmina com uma fala rápida sobre um ator desconhecido falecido há meio século. A meu ver, uma tradução mais próxima da fala original, mantendo o nome do autor, aumentaria a sensação de deslocamento que eu imaginei que o espectador estaria sentindo e que não era o objetivo do filme.

Cheguei a considerar brevemente a hipótese de substituir os versos do *Martín Fierro* por versos tradicionais brasileiros e criar um comentário equivalente adaptado ao contexto brasileiro,

mas por fim achei melhor dar uma espécie de explicação visando transportar o espectador para a cultura argentina em vez de aniquilar totalmente a referência à outra cultura e pôr versos brasileiros na boca de um padre portenho. Além disso, inferi que a menção a esse ator não seria totalmente óbvia ou não causaria muita graça para o público argentino mais jovem, visto que a fala é pronunciada por um senhor de idade e provavelmente encontraria mais identificação entre a parcela mais velha do público. Então, eu também dediquei minha reescrita a um público mais restrito, mais erudito, capaz de reconhecer a referência à obra *Martín Fierro*. Achei que, se o diretor do filme não viu por bem facilitar a compreensão do público jovem ou sem grandes conhecimentos de cinema antigo argentino, eu também não precisaria assumir a obrigação de simplificar a fala a ponto de garantir que ela fosse plenamente compreendida por todo o público brasileiro, sacrificando assim a referência a uma obra canônica de literatura. Se algum espectador ficasse intrigado demais com essa referência, poderia chegar ao ponto de investigar o que é *Martín Fierro* e aprender um pouco mais sobre a cultura argentina.

Dessa forma, espero ter minimizado minha violência com o texto original ao tentar privilegiar o contexto em que ele ocorre, buscando uma postura ética no sentido reivindicado por Berman (2002): para ele, a tradução antiética é a tradução etnocêntrica, que “sob pretexto de transmissibilidade, opera uma negação sistemática da estranheza da obra estrangeira” (BERMAN, 2002, p. 18), sendo a tradução ética aquela que preserva a marca do estrangeiro. Este argumento também se aproxima da postura defendida por Venuti, oriunda do mesmo movimento do romantismo alemão que Berman resgata (por exemplo, em *Escândalos da tradução* [2002]).

Pensando nos polissistemas, vale destacar que, ainda que minhas inferências subjetivas tenham determinado uma parcela importante das decisões tomadas em todo este processo, não podemos deixar de considerar que meu espectador idealizado, meu cliente, as normas e instruções que recebi, minha bagagem, minhas pesquisas e tantos outros elementos do polissistema cultural no qual estou inserida sem dúvida também pesaram na avaliação das minhas possibilidades. Além disso, ainda que de forma não muito consciente, também comparece minha percepção e meu posicionamento com respeito à própria relação maior entre o polissistema cultural brasileiro e o argentino, que estão a todo momento se definindo mutuamente por meio de pressões externas e da movimentação interna dos polissistemas que os constituem — movimentação essa que se dá em decorrência até mesmo de decisões tradutórias sutis e pontuais como a minha.

## Reflexões finais

Uma das conclusões que tiramos deste relato é que, assim como não é possível estabelecer fronteiras nítidas e estáticas entre legendagem, interpretação, adaptação ou mesmo criação — o que não significa que esses conceitos não sejam distintos —, também não é possível discernir claramente aquilo que pertence ao que podemos chamar *social* daquilo que é subjetivo, visto que ambas as esferas trabalham juntas e não podem ser concebidas independentemente uma da outra. De qualquer modo, ainda que não possamos abstrair a singularidade de todos os sistemas externos que influem na sua conformação, o fato é que a legendagem é repleta de singularidade e, por permitir o cotejo, abre as portas para que os espectadores se deparem — quer queiram, quer não — com a intervenção

do tradutor, assim fazendo-os encarar a realidade de qualquer prática tradutória, desmascarando a ilusão de neutralidade, objetividade e transparência que geralmente se deseja quando se pensa em tradução.

Por mais que o tradutor se muna dos mais diversos embasamentos e parâmetros para justificar suas decisões na legendagem, inevitavelmente terão um peso enorme na sua reescrita final as suas preferências estéticas, sintáticas e vocabulares, sua própria impressão e interpretação do filme ou programa, suas inferências sobre os conhecimentos e reflexões dos espectadores e mesmo a participação do seu inconsciente. Serão muitas as ocasiões em que o espectador detectará divergências entre as leituras, preferências, priorizações e opções de reescrita singulares do tradutor e as suas próprias. Nesses casos, ele muito provavelmente aplicará a essas divergências a lógica binária, possivelmente considerando-as erros do tradutor. É por isso que virtualmente todo espectador de programas ou filmes legendados acaba-se tornando crítico de tradução, geralmente considerando-se apto a apontar a solução correta aos tradutores.

Com relação à ética, sou a favor da generalização de parâmetros éticos com base na observação crítica e na reflexão teórica a partir de práticas específicas, visto que a imposição de padrões éticos universais pode levar a conceitos tão amplos e abstratos que dificultem sua aplicação prática em contextos diferentes. Contudo, é preciso tomar cuidado para que não ocorra o oposto, criando-se uma infinidade de éticas tão situadas que impeçam a sua generalização. Fica então como sugestão para um trabalho futuro a reflexão sobre uma ética crítica aplicada à legendagem que conjugue teoria e prática e possa ser utilizada na formação e no apoio de profissionais.

Como foi mencionado, este ensaio é fruto de um trabalho de pesquisa que se encontra em pleno desenvolvimento. Com base no modelo dos polissistemas adaptado à tradução audiovisual, refletimos brevemente sobre questões éticas, a participação singular do tradutor, limites entre intervenções necessárias e transgressoras e o próprio conceito de “tradução”, com foco principalmente na legendagem, e esperamos ter dado uma modesta contribuição ao movimento atual dos estudos de tradução.

## Referências

BERMAN, A. (2002 [1984]). **A prova do estrangeiro**. Trad. M.E. Pereira Chanut. São Paulo: EDUSC.

EVEN-ZOHAR, I. (1990). Polysystem Studies. **Poetics Today**, 1:11.

FROTA, M.P. (2000). **A singularidade na escrita tradutora** – linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise. Campinas/São Paulo: Pontes/FAPESP.

GAMBIER, Y. & GOTTLIEB, H. (Ed.) (2001). **(Multi)Media Translation** – Concepts, practices, and research. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, col. Benjamins Translation Library, v. 34.

GAMBIER, Y. (2002). Screen Translation: an overview. **Tradução e Comunicação**. São Paulo: UNIBERO, n. 11, 93-103.

GAMBIER, Y. (2003). Screen Translation. Edição especial de **The Translator**. Manchester: ST. JEROME, v. 9/2.

GONÇALVES, J.L.V.R. (1998). **Processos inferenciais relacionados à priorização de informações na tradução de legendas de filmes: o redundante e o relevante sob a ótica do Princípio da Relevância**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, mimeo.

GOUANVIC, J.M. (2001). Ethos, Ethics and Translation – Toward a community of desntities. **The Return to Ethics**, ed. A. Pym, **The Translator** v. 7, n. 2: Special Issue. Manchester: St. Jerome, p. 203-212.

SOUZA, M.F.P.S.F. (1999). **A tradução para a preparação de legendas em português para programas televisivos de língua inglesa: estudo de dois casos**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, mimeo.

TOURY, G. (1995a). The Nature and Role of Norms in Translation. In: **Descriptive Translation Studies and Beyond**. Amsterdam-Philadelphia: John Benjamins, p. 53-69.

\_\_\_\_\_. (1995b). The Notion of ‘Assumed Translation’ – An Invitation to a New Discussion”. H. Bloemen, E. Hertog & W. Segers (eds.) **Letterlijkheid, Woordelijheid / Literality, Verbality**. Fantom: Antwerpen/Harmelen, p. 135-147.

VENUTI, L. (2002 [1998]). **Escândalos da tradução** – Por uma ética da diferença. Trad. L. Pelegrin, L. Marcelino Villela, M. Dias Esqueda & V. Biondo. São Paulo: EDUSC.